MANIFESTO CONTRA A PEC 215 E A FAVOR DE PROPOSTAS DE SOLUÇÃO PARA CONFLITOS

A PEC 215/2000, que pretende transferir para o Congresso Nacional a competência de definir os limites das terras indígenas e dos quilombos, entre outras afetações aos direitos dos povos indígenas e populações tradicionais, tem sido fortemente contestada por juristas, especialistas, organizações civis e movimentos sociais de todo país há vários anos, visto que pretende abolir seus direitos territoriais constitucionais, além de inserir o “marco temporal” de 05 de outubro de 1988 como limite aos direitos dos povos indígenas às suas terras tradicionais e vedar a sua ampliação.

A eventual aprovação desta PEC representaria um retrocesso sem precedentes na nossa história recente e um obstáculo adicional para a efetividade de direitos determinados pela Constituição. Levaria à virtual paralisação dos processos administrativos de materialização desses direitos. Com isso, ficariam agravados e pendentes de solução os conflitos atualmente existentes, gerando outros, tanto no campo como nos embates jurídicos que se perpetuam no Judiciário e no Executivo.

A PEC 215/2000 foi também antecipadamente rejeitada em documento assinado por 60% dos Senadores da República, que apontaram as suas inconsistências para solucionar esses conflitos e a impossibilidade ética e jurídica de prejudicar direitos de minorias, mesmo que com o respaldo de eventuais maiorias parlamentares. Após a divulgação desse documento, o Senado aprovou, por unanimidade, outra proposta de emenda constitucional (PEC 71/2011 no Senado e agora PEC 132/2015 na Câmara) para viabilizar a indenização de títulos de propriedade legítimos eventualmente incidentes em processos de demarcação, como forma objetiva de reduzir e resolver conflitos.

No entanto a comissão especial da Câmara dos Deputados que analisava a PEC 215 ignorou a proposta conciliatória do Senado e aprovou o relatório apresentado pelo deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR) com uma versão ainda mais prejudicial do que a versão original, retirando direitos fundamentais constitucionais indígenas e de outras populações. Essa comissão, dominada por uma circunstancial maioria de deputados ruralistas mais radicais, precipitou tal decisão com o objetivo de pressionar o presidente da Câmara, deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ), a submetê-la à aprovação do Plenário em meio ao processo de sua cassação, em trâmite no Conselho de Ética.

Diante de mais essa manobra sórdida, as organizações abaixo assinadas manifestam a sua indignação e repúdio à promoção da retórica do conflito, através de proposições legislativas radicais, em vez de priorizar a construção de soluções institucionais apropriadas à pacificação definitiva desses conflitos, nos quais as vítimas sempre foram

os povos indígenas. Assim, as signatárias reivindicam da presidência e do colégio de líderes da Câmara a rejeição com o consequente arquivamento definitivo da PEC 215/2000. Recomendam, ainda, a sua pronta rejeição pelos deputados federais, caso venha a ser submetida à votação em Plenário.

Adicionalmente, as organizações sugerem a tramitação urgente de proposições legislativas que sejam politicamente mais convergentes, que busquem harmonizar direitos e contribuir para soluções efetivas e perenes e que, com isso, garantam a convivência pacífica entre os brasileiros em geral.

Assinaturas

1. ABA – Associação Brasileira de Antropologia
2. Ação Sindical Mineral - IBEIDS
3. AMAR – Associação de Defesa do Meio Ambiente de Araucária / Paraná
4. ANAÍ - Associação Nacional de Ação Indigenista
5. APIB – Articulação dos Povos Indígenas do Brasil
6. APREMAVI – Associação de Preservação do Meio Ambiente e da Vida
7. APROA – Rede de Antropólogos/as Profissionais
8. APROMAC – Associação de Proteção ao Meio Ambiente de Cianorte / PARANÁ
9. Articulação Brasileira de Combate à Corrupção e Impunidade - ABRACCI
10. Articulação de Mulheres Brasileiras
11. Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo – APOINME
12. Articulação dos Povos Indígenas do Sudeste – ARPINSUDESTE
13. Articulação dos Povos Indígenas do Sul – ARPINSUL
14. Associação Alternativa Terrazul
15. Associação BEM TE VI Diversidade
16. Associação Brasileira de Homeopatia Popular (ABHP)
17. Associação das Rádios Públicas do Brasil - ARPUB
18. Associação dos Geógrafos Brasileiros - Seção Local de Marechal Cândido Rondon
19. Associação Floresta Protegida - Mebengôkre / Kayapó
20. Cáritas Brasileira - Regional RS
21. Central de Movimentos Populares de Goiás – CMP/GO
22. Centro Burnier Fé e Justiça
23. Centro de Direitos Humanos Henrique Trindade
24. Centro de Estudos Ameríndios – CESTA/USP
25. Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará – CEDENPA
26. Centro de Estudos e Pesquisa Ruy Mauro Marini

27. Centro de Referência em Direitos Humanos da Universidade Federal da Paraíba (CRDH/UFPB).
28. Centro Nacional de Cidadania Negra – Regional Mato Grosso
29. Cineclube Socioambiental "EM PROL DA VIDA"
30. COATI – Centro de Orientação Ambiental Terra Integrada-Jundiá
31. Coletivo de Mulheres de Altamira
32. Coletivo Feminista Margaridas - Jaguarão/RS
33. Combate Racismo Ambiental
34. Comissão Especial de Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas da OAB
35. Comissão Guarani Yvyrupa
36. Comissão Pastoral da Terra – CPT /MT
37. Comissão Pró-Índio de São Paulo
38. Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração
39. CONAQ – Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas
40. CONASQ – Comissão Nacional de Segurança Química / Zuleica Nycz
41. Congregação das Irmãs da Imaculada Conceição
42. Conselho de Igrejas para Estudo e Reflexão – CIER
43. Conselho do Povo Terena
44. Conselho Indigenista Missionário – CIMI
45. Conselho Nacional de Igrejas Cristãs – CONIC
46. Conselho Nacional do Laicato do Brasil – CNLB
47. Coordenação Nacional de Entidades Negras - CONEN
48. Cosmopolíticas – Núcleo de Antropologia Universidade Federal Fluminense
49. Crescente Fértil – Projetos Ambientais, Culturais e de Comunicação (Resende-RJ)
50. CTI – Centro de Trabalho Indigenista
51. Dignitatis - Assessoria Técnica Popular
52. ECOA – Ecologia e Ação
53. Escritório de Direitos Humanos da Prelazia de São Félix do Araguaia
54. Espaço de Formação Assessoria e Documentação
55. FAOR – Fórum da Amazônia Oriental
56. FBOMS – Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais Para Meio Ambiente e Desenvolvimento
57. FE Unicamp
58. Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional – Programa Regional Bahia
59. Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil – FEAB
60. Federação Nacional dos Jornalistas – FENAJ
61. Foodfirst Information and Action Network – FIAN Brasil
62. Fora do Eixo
63. Fórum de Lutas Populares de Ribeirão Pires
64. Fórum Lixo e Cidadania de Criciúma SC

65. Fórum Matogrossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento - FORMAD
66. Fórum Mudanças Climáticas e Justiça Social
67. Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação - FNDC
68. Fundação Grupo Esquel Brasil
69. Fundação SOS Mata Atlântica
70. Gambá – Grupo Ambientalista da Bahia
71. Grande Assembléia do Povo Guarani - ATYGUASU
72. Grupo de Agroecologia Noroeste Missões – GANOM
73. Grupo de Estudos Educação & Merleau-Ponty
74. Grupo de Estudos e Pesquisas História, Sociedade e Educação no Brasil – HISTEDBR
75. Grupo de Pesquisa em Dança – Temas de Dança RJ
76. Grupo de Pesquisa CEPEDIS
77. Grupo de Pesquisa Geografar - IGEO/UFBA/CNPq
78. Grupo de Pesquisa Movimentos Sociais e Educação (PPGE/UFMT)
79. Grupo de Trabalho de Mobilização Social (GTMS) MT
80. Grupo de União e Consciência Negra de Mato Grosso – GRUCON
81. Grupo Ecológico Humanista PAPAMEL
82. Grupo Pesquisador em Educação Ambiental, Comunicação e Arte (GPEA)
83. GT - Instrumentos Jurídicos de Proteção e Defesa dos Direitos do Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos da Universidade Federal da Paraíba. (GT 07 NCDH/UFPB)
84. GT – Povos e comunidades tradicionais, questão agrária e conflitos socioambientais do Instituto de Pesquisa Direitos e Movimentos Sociais (IPDMS)
85. IDESAM – Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas
86. IEB – Instituto Internacional de Educação do Brasil
87. IEPÉ – Instituto de Pesquisa e Formação Indígena
88. IMAFLORA – Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola
89. AMAZON – Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia
90. INGÁ - Instituto Gaúcho de Estudos Ambientais
91. Instituto Augusto Carneiro
92. Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas - IBASE
93. Instituto Caracol – IC
94. Instituto DH: Promoção, Pesquisa e Intervenção em Direito Humanos e Cidadania
95. Instituto GAIA
96. Instituto Raoni – IR
97. Instituto Terramar
98. International Rivers – Brasil
99. Intervezes - Coletivo Brasil de Comunicação Social
100. Irmãs Catequistas Franciscanas – Brasil
101. ISA – Instituto Socioambiental

102. Justiça Global
103. KANINDÉ – Associação de Defesa Etnoambiental
104. KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço
105. Levante Popular da Juventude Nacional
106. MAKÁÚBA - Defesa de Direitos / Mogi das Cruzes/Alto Tietê
107. MAPI – Movimento de Apoio aos Povos Indígenas
108. Mídia Ninja
109. Movimento de Mulheres Camponesas – MMC
110. Movimento dos Atingidos pela Mineração – MAM
111. Movimento de Pequenos Agricultores – MPA
112. Movimento pela Moralidade Pública e Cidadania
113. Movimento Xingu Vivo Para Sempre
114. Mutirão Pela Cidadania
115. Núcleo de Estudos Afro Brasileiros e Indígenas da Universidade Federal da
Fronteira Sul - Campus Erechim - NEABI/UFFS-Campus Erechim
116. Núcleo de Núcleo Interdisciplinar UFBA de Agroecologia em Rede
117. OPAN – Operação Amazônia Nativa
118. Pastoral Afro-brasileira - PAB
119. Plataforma de Direitos Humanos Dhesca Brasil
120. RCA – Rede de Cooperação Amazônica
121. Rede Acreana de Mulheres e Homens
122. Rede Brasileira de Justiça Ambiental
123. Rede GTA – Grupo de Trabalho Amazônico
124. Rede Jubileu Sul Brasil
125. Rede Mato-Grossense de Educação Ambiental (REMTEA)
126. RMA – Rede de ONGs da Mata Atlântica
127. Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado do Pará - SISEMPPA
128. Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Criciúma e Região – SISERP
129. Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público em Santa Catarina – SINTRAFESC
130. TOXISPHERA – Associação de Saúde Ambiental / Paraná
131. Uma Gota No Oceano
132. WWF-Brasil.

(o presente Manifesto segue aberto a adesões)